



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681241 - SP (2021/0225578-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TALES PATAIAS RAMOS - SP310258
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : CHRYSTIAN ZANETTE DE ARAÚJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1502190-90.2020.8.26.0540).

O paciente foi condenado como incurso no artigo 155, §4º, IV, do Código Penal, às penas de 3 anos, 7 meses e 16 dias no regime inicial fechado e de 16 dias-multa.

A impetrante busca a redução da pena-base, sustentando que o acréscimo caracteriza *bis in idem*, seguida da compensação integral entre a reincidência e a confissão.

Sustenta, na hipótese, a imposição de regime prisional menos severo, observada a detração, com a substituição da corporal por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, que seja assegurado ao paciente o direito de aguardar o julgamento em liberdade ou, ao menos que seja imediatamente transferido para um regime inicial mais benéfico permitido por lei. E, no mérito requer a concessão da ordem definitiva de habeas corpus para: a) fixar a pena-base no mínimo legal, com fulcro no art. 59 do CP; b) compensar integralmente a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, com base no art. 67 do CP; c) fixar regime inicial mais brando que o fechado para início de cumprimento de pena, com fulcro no art. 33, §2º, “b”, do CP; d) substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, com fulcro no art. 44, §3º, do CP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente